

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de MUNICIPIO DO CONCELHO DE CHAVES, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 183.199.272,00 euros e um total de fundos próprios de 84.106.607,46 euros, incluindo um resultado líquido de 6.856.531,91 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara Municipal a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara Municipal, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Reservas**

7. Por considerarem indevida a faturação referente a custos com saneamento, água, mínimos garantidos e juros de mora do fornecedor “ATMAD” no valor de cerca de 7,4 milhões de euros, dos quais cerca de 0,5 milhões de euros são referentes a 2015, procedeu-se à sua devolução, não tendo sido, consequentemente, reconhecidos contabilisticamente os respetivos débitos, que se encontram em parte reclamados judicialmente.

Sem prejuízo da relativa imprevisibilidade do resultado da demanda, que pode ter efeitos patrimoniais relevantes no património da entidade, é convicção que o desfecho deste processo seja favorável ao Município pelo que não foi constituída provisão para este risco.

Não é possível quantificar os eventuais ajustamentos no Passivo e nos Resultados decorrentes da eventual exigência de pagamento total ou parcial destes débitos, acrescidos de eventuais juros de mora.

### **Opinião**

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do MUNICIPIO DO CONCELHO DE CHAVES, em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

### **Ênfases**

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

a) Conforme consta na alínea a) da nota 6 do Anexo, no que se refere aos critérios de valorimetria, a mensuração de inventários não obedece às mesmas regras no POCAL e no SNC, situação que não foi reconvertida em 2015, e que deve ser acautelada na próxima prestação de contas consolidadas.

b) Conforme consta da alínea b) da nota 6 do Anexo, no que respeita ao método de cálculo de provisões, as regras do POCAL e do SNC não são as mesmas. O cálculo efetuado pelo GEMC não foi feito de acordo com o POCAL, situação que deve ser acautelada na próxima prestação de contas consolidadas.

### **Relato sobre Outros Requisitos Legais**

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Chaves, 20 de maio de 2016



**Rodrigo Carvalho & M. Gregório SROC, Lda**  
SROC N.º 170, representada pelo sócio  
Dr. Rodrigo Mário de Oliveira Carvalho (ROC n.º 889)